

PORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XL • Nº 410
Brasília-DF • Novembro 2018

As guerreiras da Amazônia

Na TI Raposa Serra do Sol, em Roraima, mulheres indígenas de toda Amazônia brasileira se reúnem para traçar estratégias de resistência em defesa da floresta, das terras indígenas e dos povos que nelas habitam.

Páginas 8, 9, 10 e 11

CIDH realiza missão no Oeste do Paraná e Mato Grosso do Sul

Páginas 6 e 7

Missões Jesuítas: atualizações para a teologia missionária

12, 13, 14 e 15

Impunidade ajudou a levar um defensor do genocídio à Presidência

“Uma pena que a cavalaria brasileira não tenha sido tão eficiente quanto a americana, que exterminou os índios”, disse o então deputado federal Jair Bolsonaro, à época filiado ao PPB/RJ, em 12 de abril de 1998, já às vésperas do Dia do Índio. Como pode um parlamentar passar mais de duas décadas desferindo ataques racistas, homofóbicos, de apologia ao extermínio e à tortura, sempre com alto teor de incitação à violência, e a Justiça nada ter feito?

Naquele mesmo ano, em 1998, durante o 1 Encontro Nacional de Pajés, os indígenas entraram com uma representação na Procuradoria-Geral da República (PGR) pedindo a cassação do mandato do deputado. Nada ocorreu, o processo foi arquivado, e Bolsonaro disse: “Como os índios, que nem falam português, podem estar entrando com essa representação? Isso é coisa dos picaretas e vagabundos da Funai que ficam incitando os índios a fazerem isso”.

Vinte anos depois, o resultado de tamanha injustiça é o defensor público do genocídio dos povos indígenas na Presidência. De lá para cá, não apenas os indígenas foram alvos do capitão da reserva, que falou e defendeu muitas outras barbaridades, incluindo apologia ao estupro, ataques racistas contra quilombolas e incitação à violência física contra homossexuais. Nenhuma punição ao capitão da reserva. Ao lavar as

mãos, a Justiça permitiu que a serpente fosse chocada no ninho da impunidade.

O Brasil é um país interrompido. As elites encasteladas no agronegócio, indústria, rentismo, mídia e bancos, manipuladoras das Forças Armadas, altamente convenientes a qualquer um que impeça a punição de seus crimes, não permitem revisões históricas, reparações e correção de erros que custaram a vida de milhares de pessoas, o desaparecimento de povos e um genocídio considerado por Tzvetan Todorov, em seu livro, *A Conquista da América*, entre os maiores da história humana. A Justiça é parte atuante desta estratégia de apagamento e esquecimento forçado.

Com uma sequência de xingamentos, ameaças e informações sem nenhuma base na realidade factual, a campanha de Bolsonaro buscou convencer o eleitorado. Durante as eleições e após o resultado de 28 de outubro, já são 23 casos registrados pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) de ataques e outras formas de violência, contra os povos indígenas, motivados por este ambiente de intolerância e ódio. A Justiça segue lavando as mãos. Tal postura pode levar o país a conflitos desequilibrados e covardes; hoje não existe conflito, pois só um lado apanha. A razão é simples: quem sofre ataques, tem o direito de se defender da maneira que for possível.

Porantinadas

O programa *Menos Médicos de Jair Bolsonaro*

A próxima gestão a ocupar o Palácio do Planalto já tinha declarado: com uma canetada, acabaria com a presença de médicos e médicas de Cuba no programa *Mais Médicos*. Antecipando o inevitável, o Ministério da Saúde do país caribenho anunciou o fim da atuação de seus profissionais e a saída imediata do Brasil. Resultado: a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) informou ao jornal *Folha de S. Paulo* (19/11/2018) que perdeu, no atendimento às aldeias, 372 médicos, ou seja, 81% do total de profissionais do quadro.

Estados mais impactados pelo programa *Menos Médicos*

Os profissionais cubanos, respeitados e com atuação em todo o mundo, atuavam em 19 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs). O Amazonas é o estado em que a maior quantidade de médicos estavam alocados, 78, seguido por Mato Grosso, 35, depois, empatados, Pará e Roraima, com 26. Conforme a sanitarista e antropóloga Luiza Garnelo, pesquisadora da Fiocruz, declarou ao jornal *Folha de S. Paulo*, o programa *Mais Médicos* foi o mais eficiente ao preencher parcialmente um espaço vazio no atendimento médico prestado aos povos indígenas mais afastados dos centros urbanos.

Números comprovam ‘eficácia’ do *Menos Médicos*

O DSEI do Rio Tapajós, no oeste do Pará, por exemplo, atende uma população de 15 mil indígenas, a maioria do povo Mundurucu. Na região sanitária atuavam 11 médicos: dez cubanos e um brasileiro. Na prática, quem atenderá estas populações que entre 2008 e 2014, conforme o Ministério da Saúde, tiveram 419 crianças indígenas de até 9 anos mortas por desnutrição? O número representa 55% dos óbitos por esse motivo em todo país. Será que os médicos e médicas que protestaram contra a chegada dos cubanos terão a disposição de atender estas populações, no coração Brasil profundo?



Por que a ministra da Agricultura anunciada por Bolsonaro é conhecida como “MUSA DO VENENO”

Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil

Por Repórter Brasil

Afinal, quem é a parlamentar, presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, que assumirá o Ministério da Agricultura, a partir de 2019?

A deputada federal Tereza Cristina (DEM-MS), escolhida pelo presidente eleito Jair Bolsonaro, recebeu doações de executivos diretamente ligados aos agrotóxicos na sua campanha de reeleição para o Legislativo. Neste ano, Cristina foi presidente da comissão especial da Câmara dos Deputados que aprovou projeto de lei que facilita a liberação dos agrotóxicos. Além disso, ela comanda a Frente Parlamentar da Agropecuária, a bancada ruralista, a mais coesa e representativa do Congresso com 44% dos deputados e 33% dos senadores.

A atuação de Cristina foi fundamental para o avanço do Projeto de Lei 6299, depois de 16 anos quase parado na Câmara diante da resistência de ambientalistas e especialistas em saúde. A articulação lhe rendeu o apelido de “Musa do Veneno”, denominação dada durante o jantar de comemoração da bancada ruralista em um restaurante à beira do lago Paranoá, em Brasília, onde os ruralistas comeram bacalhau e beberam vinho para celebrar a vitória.

“Nós ganhamos a batalha, mas ainda temos uma guerra”, disse Cristina, na noite após aprovação do projeto na comissão, para o jornal Folha de São Paulo. O PL do Veneno – como a oposição se refere ao projeto –, ainda precisa ser aprovado pelo plenário da Câmara. Caso aprovado, retornaria ao Senado e seguiria para sanção presidencial.

Para seguir nesta “guerra”, a deputada já recebeu doações de 12 empresários ligados ao agronegócio, que totalizaram, até 24 de setembro, R\$ 350 mil, segundo o Tribunal Superior Eleitoral. Entre os doadores está o empresário rural Ismael Perina Júnior, que doou R\$ 15 mil para a reeleição de Cristina. Ele é presidente do Sindicato Rural de Jaboticabal e membro do conselho consultivo da Coplana, que vende agrotóxicos para seus cooperados em sete cidades do interior de São Paulo.

Não é a primeira vez que a Coplana apoiou financeiramente a deputada. Na eleição de 2014, quando era permitido que empresas e entidades financiassem campanhas, Tereza Cristina recebeu R\$ 35 mil da cooperativa.

Questionado pela Repórter Brasil sobre o financiamento, Perina Júnior defende o PL 6299 e afirma que a atuação da deputada é “coerente com o desenvolvimento do país”. “É uma atualização [da legislação] para promover mais rapidez nas análises de produtos que vão trazer benefícios, não só para a atividade agrícola, mas também para a preservação ambiental e sociedade”, afirma.

Perina Júnior diz que financiou a candidata, em 2014 e neste ano, pelo fato de ela ter “conhecimento das causas da agricultura”. “Os temas por ela defendidos visam ao benefício não só do Mato Grosso do Sul, onde cooperados da Coplana também desenvolvem suas atividades, mas ao benefício do Brasil como um todo”, acredita.

A aprovação do projeto de lei, segundo Perina Júnior, não beneficiaria diretamente a cooperativa. “Não muda nada. A parte de comercialização de defensivos pela cooperativa não representa nem 15% do seu movimento”, afirma.

Dos executivos diretamente ligados aos agrotóxicos, o maior financiador da candidatura de Cristina foi Celso Griesang, um dos proprietários da Sementes Tropical, com doação de R\$ 37,5 mil. A empresa dele comercializa fungicidas em parceria com a gigante multinacional Syngenta. “A aplicação de produtos químicos em sementes



Tereza Cristina preside a Frente Parlamentar Agropecuária do Congresso Nacional. Destacou-se pela ferocidade com que defende o setor

“A atuação de Cristina foi fundamental para o avanço do Projeto de Lei 6299. A articulação lhe rendeu o apelido de “Musa do Veneno”, denominação dada durante o jantar de comemoração da bancada ruralista em um restaurante à beira do lago Paranoá, em Brasília”

é um método muito preciso para a redução de ataques de pragas e doenças na planta em crescimento”, explica a empresa em seu site. A Repórter Brasil enviou as perguntas para Griesang, mas ele não respondeu.

Entre os financiadores da deputada neste ano, está também o presidente da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas da Confederação Nacional da Agricultura e Agropecuária (CNA), Luis Alberto Moraes Novaes, com doação de R\$ 10 mil. Novaes é membro do conselho de administração e ex-presidente da Fundação MS, do Mato Grosso do Sul.

A Fundação, segundo descrição em seu site, estuda “a eficiência de defensivos agrícolas, fertilizantes, no posicionamento de materiais de soja e milho para diversas regiões de Mato Grosso do Sul”. É também contratada por fabricantes de agrotóxicos para realizar pesquisas.

A Repórter Brasil procurou a assessoria de imprensa da Federação Agropecuária do Mato Grosso do Sul (Famasul), entidade que Novaes é vice-presidente, mas ele não respondeu.

A deputada Tereza Cristina negou, por e-mail, haver conflito de interesse entre sua atuação legislativa e os negócios de seus doadores. “Todas as doações em minhas campanhas são devidamente registradas e constam nas prestações de contas ao final de cada pleito eleitoral”, disse.

A líder da bancada ruralista afirma ainda que atuou de forma “transparente, responsável e correta” na

comissão que debateu o projeto de lei que libera novos agrotóxicos – chamados por ela de “defensivos fitossanitários”.

“São 30 anos de uma lei que traz filas enormes para a aprovação de novos produtos, mesmo aqueles que já possuem estudo aprovado em outros países, que prejudica o Brasil no quesito competitividade e faz com que permaneçamos utilizando produtos defasados”, afirmou nota enviada pela assessoria de imprensa da deputada.

Proposto em 2002 pelo então senador e hoje ministro da agricultura Blairo Maggi, o projeto defendido por Cristina sofreu resistência quando voltou a tramitar neste ano. Foram mais de 20 manifestações da comunidade científica, entre elas o Instituto Nacional do Câncer, a Fiocruz e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Até o momento, a maior parte do dinheiro que financia a candidatura de Cristina veio do partido dela, o DEM: R\$ 1,3 milhão, o que passou a ser corriqueiro desde que o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional o financiamento empresarial de campanhas, em 2015.

Depois do partido, o maior doador da campanha da deputada, até o momento, é o executivo Marcos Marinho Lutz, diretor-presidente da Cosan e membro do Conselho de Administração da Raízen, gigante da fabricação de etanol e maior exportadora individual de açúcar no mercado internacional. Lutz doou R\$ 100 mil para a campanha de Tereza Cristina.

Em nota, o executivo explica que o financiamento não tem relação com a atuação da deputada: “A doação para a campanha da deputada Tereza Cristina foi realizada em caráter pessoal, considerando que nossas famílias são amigas há mais de 50 anos e, também, que somos amigos de infância e fomos criados juntos”.

Executivos da Cosan estão generosos nesta campanha. Colega de Lutz, o presidente do conselho de administração da empresa, Rubens Ometto Silveira Mello, é o maior doador individual de todas as

campanha até o momento. Já desembolsou R\$ 6,63 milhões para 57 candidaturas, sendo que doou R\$ 50 mil para candidatura de Cristina.

“As doações eleitorais foram realizadas em caráter pessoal e seguem as regras estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e demais normas aplicáveis”, afirma Mello, em nota.

Outros financiadores da campanha à reeleição da deputada são: o vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SBR), Pedro de Camargo Neto, que doou R\$ 20 mil e o ex-presidente da SBR, Flávio Pascoa Teles de Menezes, com R\$ 50 mil; o ex-presidente do Sindicato Rural de Campo Novo do Parecis no Mato Grosso, Alex Nobuyoshi Utida, com doação de R\$ 12,5 mil e o empresário rural Cláudio Fernando Garcia de Souza, criador de gado Nelore em no Mato Grosso do Sul, com R\$ 10 mil.

Também doaram o produtor de soja, Walter Schlatter (R\$ 20 mil) e o vice-presidente da Cooperativa dos Cotonicultores de Campo Verde (Cooperfibra), Gustavo Pinheiro Berto (R\$ 25 mil). O empresário rural Adolpho Mellao Cecchi colaborou com R\$ 20 mil. “Não existe deputada igual ela no Brasil. Ela deve incomodar muita gente, pois trabalha seriamente”, afirma Cecchi.

Na campanha de 2014, a deputada recebeu financiamento de R\$ 100 mil da Vetorial Siderurgia, empresa multada pelo Ibama por cometer infrações ambientais. A informação consta no Ruralômetro, ferramenta desenvolvida pela Repórter Brasil, que mede como cada deputado federal atuou em leis importantes para o meio ambiente, povos indígenas e trabalhadores rurais.

O patrimônio da deputada cresceu quase 500 vezes durante seu primeiro mandato: de R\$ 10,3 mil em 2014 para R\$ 5,1 milhões neste ano, segundo autodeclaração patrimonial feita ao TSE. O enriquecimento exponencial deve-se ao recebimento de propriedades como herança, segundo informações da deputada.

Durante seu mandato, Cristina também ampliou seu status político. Ela trocou de partido, do PSB para o DEM, assumiu a presidência da bancada ruralista, ficou famosa por sua atuação no “PL do Veneno” e chegou a ser cotada para ser vice da chapa de Geraldo Alckmin (PSDB) na corrida presidencial.

JBS: doadora e credora

Deputada e empresária do setor rural, as relações da parlamentar dentro e fora da Câmara se cruzam. Cristina enfrenta na Justiça uma cobrança de dívida de uma de suas antigas doadoras da campanha de 2014, a holding J&F Investimentos, controladora da JBS, dos irmãos Joesley e Wesley Batista. A maior produtora de carnes do mundo cobra o pagamento dívidas da deputada no valor de R\$ 4,6 milhões.

“Para seguir na guerra a favor do PL do veneno, sua musa, a deputada Tereza Cristina, já recebeu doações de 12 empresários ligados ao agronegócio, que totalizaram, até 24 de setembro, R\$ 350 mil, segundo o Tribunal Superior Eleitoral,”

A dívida deve-se a uma parceria frustrada entre JBS e a deputada-empresária. Em 2010, Cristina arrendou para a JBS uma fazenda da sua família, que criava gado confinado e passou a ser usada pelos irmãos Batista. Ali, eles engordavam o gado para o abate. A JBS pagava R\$ 918 mil anualmente pelo negócio, mas desistiu da parceria e agora cobra parte do valor de volta.

A parceria milionária entre Cristina e JBS foi fechada quando ela era secretária de Desenvolvimento Agrário de Mato Grosso do Sul durante toda a gestão do então governador André Puccinelli (2007-2014). O governador é acusado de ter recebido propina da JBS em troca de benefícios fiscais que beneficiaram a empresa entre 2012 e 2014.

A história foi relatada pelos irmãos Wesley e Joesley Batista em suas delações. O esquema de propinas ao governo do Mato Grosso do Sul teria envolvido,

segundo os irmãos, R\$ 100 milhões, durado nove anos e contemplado três governadores.

De acordo com a delação dos irmãos Batista, a propina levava o governador a garantir isenções fiscais para a JBS. Em troca, a empresa pagava propinas entre 20% e 30% do valor total dos créditos tributários ao governador.

A Repórter Brasil questionou a deputada se o fato de ela ter realizado um acordo comercial com a JBS justamente no período em que os irmãos Batista alegam terem pago propina ao governo do qual ela era secretária pode ter influenciado na negociação entre ela e a empresa. Em resposta por email, Cristina negou e disse que sua vida pública “sempre foi pautada por transparência”.

O contrato da JBS deve-se, segundo a deputada, à tradição da família na pecuária e à localização da fazenda, próxima a uma das unidades de abate da empresa. “A JBS busca menos custo e mais eficiência para resultar em maiores lucros. Por isso utiliza dessa logística empresarial”, disse a deputada.

Sobre os R\$ 103 mil recebidos da JBS na eleição de 2014, Cristina afirma que as doações não foram feitas diretamente a ela, mas de maneira indireta por meio de coligações. “Estão devidamente registrados e aprovados na prestação de contas da minha candidatura. Tenho orgulho de ser ficha limpa e da vida pública que construí até aqui”, afirma a deputada. ♦

“Entre os financiadores da deputada neste ano, está também o presidente da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas da Confederação Nacional da Agricultura e Agropecuária (CNA), Luis Alberto Moraes Novaes,”



Foto: Envolverde

As empresas e multinacionais ligadas agrotóxicos, encontram no Brasil mais liberdade e uma bancada poderosa no Congresso nacional para defender seus interesses

Assine o

PORANTIM
 EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco

Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios

SDS - Ed. Venâncio III, salas 309/314 - Asa Sul
 Brasília-DF - CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655

SKYPE: Adm Jornal Porantim

www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 80

Ass. dois anos: R\$ 130

América Latina: US\$ 55

Outros países: US\$ 90

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

Futura ministra da Agricultura, Tereza Cristina trabalha para tirar direitos dos indígenas

Por **Luís Indruinas**, De Olho nos Ruralistas

Atual presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e anunciada como a próxima ministra da Agricultura pelo presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL), a deputada federal Tereza Cristina (DEM-MS) tem se destacado por defender os interesses dos grandes proprietários de terras, como o PL do Veneno, e atacar políticas de defesa dos povos indígenas. Eleita para seu segundo mandato a partir de 2019, a parlamentar é também a deputada com a campanha mais rica do estado, recheada de doadores ligados ao agronegócio.

Tereza Cristina pediu em agosto para o ministro da Justiça, Torquato Jardim, a suspensão da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, programa que tenta resolver as pendências sobre as demarcações de terras de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outras comunidades rurais, lançado em 2007. A deputada articulou o apoio da FPA – a face mais conhecida da bancada ruralista – a Bolsonaro ainda na campanha do primeiro turno.

Tereza Cristina foi subrelatora da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Fundação Nacional dos Índios (Funai) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em 2017. Composta majoritariamente por ruralistas, a comissão acabou sugerindo o indiciamento de lideranças indígenas, entidades e profissionais que trabalham pelos direitos dos povos tradicionais.

De Olho nos Ruralistas analisou as doações de campanha feitas nas duas últimas eleições da deputada. A partir delas é possível entender melhor as razões da deputada brigar contra os direitos dos povos originários e tradicionais. Em 2014, entre pessoas físicas e jurídicas ligadas a diversos setores do agronegócio, a deputada recebeu R\$ 2,8 milhões do total de R\$ 4,3 milhões. Em 2018, foram R\$ 900 mil do total de R\$ 2,3 milhões, a campanha mais cara do Mato Grosso do Sul.

Um dos doadores foi Jacintho Honório Silva Filho, centenário fazendeiro paulistano acusado de mandar matar o cacique Marcos Veron, da etnia Guarani Kaiowá. Ele perdeu a vida, em 2003, vendo seus companheiros serem torturados, no município de Juti. Dono da fazenda Brasília do Sul, onde aconteceu o assassinato, Honório até hoje responde em liberdade a um processo que se arrasta. Ele doou R\$ 30 mil para Tereza Cristina se eleger em 2014. Em 2018, foi a vez do seu filho Jacintho Honório Silva Neto, que também responde ao processo, doar R\$ 10 mil.

Outro doador que chama atenção é John Francis Walton, fazendeiro em Caarapó. Ele possui terras incidentes na Terra Indígena Amambaípeguá I. O pecuarista tem tentado passar o ônus da questão para os indígenas, acusando-os de roubar seu gado. Ele doou R\$ 5 mil para a deputada, em 2014, e a mesma quantia, em 2018.

Quantia modesta perto daquela doada em 2014 por Renato Eugênio Rezende Barbosa, sócio da Cosan, gigante do setor sucroenergético: R\$ 55 mil. A família Rezende Barbosa expandiu seus negócios para o Paraguai, como mostrou o observatório na série De Olho no Paraguai, e tem uma propriedade incidente na mesma terra indígena, a fazenda Campanário.

O presidente do Conselho de Administração da Cosan, Rubens Ometto Silveira Mello, apontado como o maior doador individual das eleições de outubro, acaba de investir R\$ 50 mil na eleição da deputada. O presidente da empresa, Marcio Marinho Lutz, doou R\$ 100 mil.

Em 2014, quando era legal receber doações de pessoas jurídicas, a grande doadora entre as empresas foi a Iaco Agrícola, com R\$ 1 milhão. Outra gigante do setor, a corporação produz cana, gado e eucalipto em Chapadão do Sul, no norte do estado.

Antes de ser deputada, Tereza foi secretária de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio



Foto: Christian Braga/MNI

O movimento indígena tem reforçado, em manifestações públicas de suas organizações, que retomadas e mobilizações deverão ocorrer em protesto

“Tereza Cristina pediu em agosto para o ministro da Justiça, Torquato Jardim, a suspensão da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais”

e do Turismo do Mato Grosso do Sul. Isso entre 2007 e 2014, durante o governo André Puccinelli, hoje preso por comandar um esquema de propinas de R\$ 230 milhões. Em 2009, no auge daquela administração, a Iaco Agrícola inaugurava sua primeira planta.

Outra grande empresa que investiu na campanha de Tereza Cristina foi a Adecoagro, do megainvestidor internacional George Soros. Ela doou R\$ 600 mil durante a campanha de 2014. A empresa tem um leque grande de atividades, principalmente cana, com usinas em Ivinhema e Angélica, municípios vizinhos de grandes áreas de concentração das etnias Guarani Kaiowá.

Na mesma região, em Nova Alvorada do Sul, está a Agro Energia Santa Luzia, do grupo Odebrecht, que doou R\$ 165 mil para a futura ministra. Empresa querida da então secretária e do governo do MDB, já que, no período em que o governo era comandado por Puccinelli, teve incentivos da ordem de R\$ 53 milhões.

A doçura das doações da cana

No rol de doadores aparece ainda Paulo Diniz Junqueira Filho, presidente da Associação dos Fornecedores de Cana-de-Açúcar do Estado de Mato Grosso do Sul (Sulcanas): R\$ 2,5 mil em 2014 e R\$ 5 mil em 2018. Tereza sempre foi uma defensora ativa das usinas de cana no estado, como declarou em 2010: “O Mato Grosso do Sul é o melhor lugar para produzir etanol. Temos terra com valor competitivo, solo apropriado e localização próxima aos centros consumidores”.

A cana é uma das razões para o estado de penúria dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul. Primeiro pela pressão que essas empresas fazem nas proximidades de terras indígenas ou áreas reivindicadas. Segundo porque, sem alternativas, os Guarani vão trabalhar para essas e outras empresas do setor, deslocando-se por longas distâncias até as plantações, como apontam as pesquisadoras Julia Adão Bernardes, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Roberta Carvalho Arruzzo, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Tereza Cristina não demonstra interesse por esses problemas, apenas pelos supostos prejuízos dos grandes. A deputada foi relatora de um parecer para a reforma

trabalhista que tira o direito dos indígenas e outros trabalhadores rurais receberem pelo tempo de deslocamento, para ela “uma injustiça que onera o setor rural de forma desproporcional”.

Diversas outras áreas do agronegócio também deram apoio financeiro à líder da bancada ruralista, como a Associação Sul-Mato-Grossense de Produtores de Algodão (Amapasul) e a Cooperativa Agropecuária São Gabriel do Oeste (Coasgo), além de diversos outros fazendeiros, entre eles criadores de cavalos.

Na criação de gado, vale destacar a Agropecuária Maragogipe, que doou R\$ 15 mil em 2014. Com sede no Rio Grande do Sul, a empresa tem braços em Itacarai e Iguatemi, município no sul do estado onde fica a área indígena Iguatemipeguá.

O dono dessa empresa, Wilson Brochman, foi investigado pelo Polícia Federal na Operação Ouro Verde. Seu irmão Nelson usava uma empresa de fachada para evasão de divisas para inúmeros “clientes”, segundo a denúncia, por meio de transações denominadas “dólar-cabo”. Em 2018, Brochman doou R\$ 10 mil como pessoa física para Tereza.

Ela ajudou a doadora JBS

Uma das empresas que figuraram entre as principais doadoras de Tereza na agropecuária esteve o grupo JBS, de quem ela recebeu R\$ 133 mil, em 2014, por meio do diretório estadual e da campanha do então candidato ao governo do estado, Nelson Trad. Mas o romance político não durou muito.

Entre as propriedades da deputada está a Fazenda Santa Cristina, em Terenos. A propriedade foi hipotecada pela JBS em 2009, quando Tereza Cristina era secretária estadual e procuradora de sua mãe, Maria Manoelita Alves de Lima Corrêa, falecida em 2010.

O arrendamento foi feito em nome da mãe da deputada. Ele previa o confinamento e criação de bois para a JBS. Tal negócio renderia quase R\$ 1 milhão de faturamento para a pecuarista. No entanto, conforme processo que corre na Justiça sul-mato-grossense, Tereza Cristina deixou de entregar 6.246 arrobas de boi gordo.

Como consequência, os irmãos Wesley e Joesley Batista decidiram romper o contrato e reivindicar seus direitos. Por isso, a fazenda da família da deputada está ameaçada: a Justiça determinou o leilão extrajudicial do imóvel.

A deputada é acusada por outros representantes do agronegócio de trabalhar em prol da empresa ao acatar parecer para anistiar dívidas do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) usando créditos fiscais originários das operações de exportação para quitar seus débitos. ♦

Em visita da CIDH ao Brasil, lideranças indígena Kaiowá e Avá Guarani denunciam violações

A comissária Antônia Urrejola Noguera da CIDH, explicou que será emitido um documento com recomendações ao Brasil, com base nas informações colhidas na semana de visitas, em curso, que segue até o dia 12 de novembro

Por **Michelle Calazans**, *Ascom Cimi*

Lideranças indígenas Ava-Guarani apresentaram, no dia 7 de novembro, a Carta Denúncia sobre a situação de violação de direitos humanos dos Ava-Guarani (Oeste do Estado do Paraná) à Delegação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA). O objetivo das lideranças é evitar o despejo das famílias indígenas que vivem em 25 tekoha - lugar onde se é -, nos municípios de Guaíra, Terra Roxa, Santa Helena e Itaipulândia, atualmente ameaçadas com ações de reintegração de posse. O documento apesar de direcionar a denúncia para os casos da região retrata o cenário comum vivenciado por indígenas em todo o território nacional.

A Carta Denúncia foi formalizada pelas lideranças logo após a visita da Delegação da CIDH às comunidades indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul, que aconteceu no período da manhã. A CIDH cumpriu agenda no Brasil, na primeira semana de novembro, entre os dias 5 e 12, após 23 anos desde a última visita, para verificar, a convite do governo federal, a situação dos direitos humanos no país, com foco nos seguintes eixos transversais: discriminação, desigualdade, pobreza, institucionalidade democrática e políticas públicas em direitos humanos. A Comissão acompanha e analisa, também, todos os temas relacionados aos direitos humanos nos 35 países-membros da OEA.

Segundo as lideranças indígenas, em denúncia, de todos os processos de reintegração de posse, a situação mais grave é o caso dos indígenas do tekoha Pyau e do Curva Guarani. Neste momento, esses tekoha estão com decisão de reintegração de posse. Ambos os processos estão a cargo do Juiz Federal Sergio Luís Ruivo Marques, da Justiça Federal de Foz do Iguaçu, que determinou a reintegração de posse em favor da Itaipu.

Nesse contexto, as lideranças indígenas ressaltaram, ainda, que o Ministério Público Federal (MPF), na tentativa de solucionar a questão fundiária no Oeste do Paraná, entrou, em julho do ano passado, com uma Ação Civil Pública para cobrar da Funai a regularização dessas terras, localizadas no município de Santa Helena. O Juiz Federal Rony Ferreira, da 2ª vara da Justiça Federal, determinou, na época, que a Funai apresente, por meio de um estudo técnico, uma solução para os diversos casos de conflitos

na região. O Grupo Técnico (GT) foi constituído pela Portaria nº 1.118, 31 de agosto de 2018. No entanto, até o momento não foi iniciado o trabalho de campo.

Muito além da denúncia, as lideranças indígenas solicitaram apoio da CIDH para cobrar das instituições e órgãos responsáveis o cumprimento efetivo da Constituição Federal de 1988 e garantir o acesso a esses direitos. O documento assinado pelas lideranças da região evidenciam, também, o importante papel dos pactos, acordos e tratados internacionais que o Brasil é signatário, o que inclui os povos indígenas, no contexto de defesa pela vida das minorias e pelo acesso aos direitos.

Apesar de a Constituição Federal garantir aos povos indígenas, em seu Artigo 231, o direito sobre as terras que tradicionalmente ocupam, diversas famílias correm o risco de ficar sem terra e sem ter para onde ir. No mês de outubro deste ano, a Constituição, também conhecida como Constituição do Índio, completou 30 anos de promulgação e, ainda sim, é desrespeitada: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens".

De acordo com o Cacique do tekoha Y'Hovy, a violação de direitos enfrentados por indígenas no Oeste do Paraná começou desde a construção da Itaipu Binacional. "Nós sofremos com ameaças de assassinatos há muito tempo. Nossas crianças sofrem discriminação nas escolas. Enfrentamos sequestros de indígenas para o Paraguai, isso é muito grave. Ainda ontem (06) o indígena Ava-Guarani Donecildo Agueiro, de 21 anos, do tekoha Tatury, sofreu atentado a tiros após sair de reunião da Coordenação Técnica Regional da Fundação Nacional do Índio (Funai). Nem sabemos se ele vai voltar a andar, pois não sente as pernas. Precisamos de ajuda para salvar nossas comunidades", destacou.

Segundo as lideranças indígenas, em denúncia, de todos os processos de reintegração de posse, a situação mais grave é o caso dos indígenas Tekoha Pyau e do Curva Guarani



Indígenas Guarani-Kaiowá fortalecem reivindicação contra violação de direitos humanos em visita da Delegação da CIDH

Na Carta Denúncia, as lideranças indígenas ressaltaram: "Precisamos de apoio para que o governo brasileiro cumpra com o seu papel de fornecer assistência na área à saúde, saneamento básico e fornecimento de alimentos, pois muitos de nós precisamos de cestas básicas para poder nos alimentar, já que a maioria de nós moramos em acampamento e não temos locais para fazer as nossas roças".

Mato Grosso do Sul

A delegação da CIDH também recebeu denúncia dos indígenas Kaiowá, em visita no município de Caarapó, a 283 km de Campo Grande. A comissária Antônia Urrejola Noguera, integrante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, visitou a tekoha Guyyaroka.

Antônia Urrejola Noguera conheceu de perto a região que possui um histórico de violência contra os Kaiowá. Em 2016, por exemplo, os indígenas enfrentaram um ataque brutal de fazendeiros, conhecido como Massacre de Caarapó, que resultou na morte do Agente de Saúde, Clodioldi de Souza e feriu gravemente outros cinco pessoas. Além disso, a comunidade indígena Caarapó enfrentou processos de reintegração de posse que ordenou o despejo das comunidades tradicionais Pindoroky, Nhamõe Guavyray e Guapoy Guasu, dos povos Guarani e Kaiowá. Situação, inclusive, repudiada pelo Conselho Continental da Nação Guarani – composta por lideranças Guarani e Kaiowá do Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia.

Há exatamente um ano, em novembro de 2017, indígenas denunciaram ao comissário da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA, James Cavallaro, sobre a crescente violência contra suas comunidades. Na ocasião, Luis Salvador, liderança Kaingang do Rio Grande do Sul, questionou a omissão das políticas governamentais diante eclosão da violência contra comunidades tradicionais e do campo.

Durante a visita, a indígena Guarani-Kaiowá, Élide de Oliveira, moradora do Tekoha Nhuverá/MS, reforçou a denúncia das crianças indígenas que estão sendo retiradas das aldeias quase que semanalmente pelo Conselho Tutelar e levadas para abrigos da região Cone Sul do MS.

Foto: Christian Braga/Coletivo Farpa



Antônia Urrejola, comissária da CIDH junto à dona Miguela, matriarca do Guyyaroka

Foto: MPF/MS



Indígenas Kaiowá do Mato Grosso do Sul denunciam violação de direitos humanos em visita da Delegação da CIDH

Foto: MPF/MS



Indígenas Kaiowá do Mato Grosso do Sul acumulam décadas de ajustamentos de conduta do governo federal não cumpridos

Foto: Osmarina de Oliveira/Cimi Sul

Foto: Osmarina de Oliveira/Cimi Sul


Lideranças indígenas denunciam situação de violação de direitos no Oeste do Paraná

Delegação da CIDH no Paraná

Caracterizada como insana e sob critérios de pobreza, Éilda de Oliveira teve o filho apartado de seus braços sete dias após o nascimento e levado pelo Conselho Tutelar para o abrigo Lar Santa Rita, em Dourados. Segundo a indígena, seu filho foi levado pelo Conselho Tutelar sob o argumento de que “iria realizar uma consulta médica”. A violência ocorreu em fevereiro de 2015.

A lei 12.010/2009, com a inclusão do parágrafo 6º ao artigo 28, adverte ordenamento jurídico as políticas de adoção e estabelece o critério de rejeição comunitária, além desrespeitar a identidade, os costumes e tradições, como prerrogativa para retirada. Também, sustenta-se o caráter prioritário da adoção de crianças indígenas por membros da sua própria comunidade ou etnia para a proteção de sua cultura.

De acordo com o Cacique do tekoha Y’Hovy, a violação de direitos enfrentados por indígenas no Oeste do Paraná começou desde a construção da Itaipu Binacional

Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH

A comissária Antônia Urrejola Noguera, integrante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, explicou que, na condição de relatora pelos povos indígenas do Brasil, será emitido um documento com recomendações ao Brasil, com base nas informações colhidas na semana de visitas. “Após a emissão dessas recomendações vamos acompanhar se o Brasil está cumprindo o que foi previsto pela CIDH. Queremos buscar soluções para resolver os horrores que estão acontecendo aos povos indígenas. É preciso também alertar outras organizações internacionais acerca da situação vivenciadas por esses povos tradicionais”, esclareceu.

Antônia Urrejola Noguera destacou que os casos dos povos indígenas do Brasil podem ser abordados no Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), por meio de medidas cautelares, que tem seu trabalho fundamentado em dois órgãos, na Comissão Interamericana de Direitos Humanos e na Corte Interamericana de Direitos Humanos: “As medidas cautelares são medidas de proteção concedidas

para uma pessoa ou para um grupo de pessoas que estão com sua integridade física e/ou sua vida ameaçada. Penso que essas medidas podem ser adotadas junto aos povos indígenas. Esperamos trabalhar por meio deste sistema”.

Além disso, a Comissária se comprometeu em buscar solução para o caso relatado pela indígena Guarani-Kaiowá, Éilda de Oliveira, que teve seu filho retirado pelo Conselho Tutelar. Essa situação foi denunciada pela organização indígena ao Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e ao comissário da Organização dos Estados Americanos (OEA), em reunião realizada em novembro do ano passado, em Brasília/DF.

É importante esclarecer que a CIDH é um órgão autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA), cujo mandato surge a partir da Carta da OEA e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. A Comissão Interamericana tem como objetivo promover a observância e defesa dos direitos humanos na região e atua como órgão consultivo da OEA sobre o tema. A CIDH é composta por sete membros independentes, que são eleitos pela Assembleia Geral da OEA a título pessoal, sem representarem seus países de origem ou de residência.

APIB denuncia à CIDH violações a direitos humanos dos povos indígenas no Brasil

Por **Ascom/Cimi**, com informações da APIB

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) se reuniu com a delegação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para relatar as violações a direitos humanos perpetrado contra os povos indígenas no país. O encontro ocorreu no dia 10 de novembro, no Rio de Janeiro, durante plenária da comitiva com movimentos sociais e sociedade civil.

Comissários do organismo ligado à Organização dos Estados Americanos (OEA) rodaram o Brasil, na primeira semana de novembro, visitando locais conflituosos, colhendo relatos sobre violações de direitos humanos e reunindo-se com a sociedade civil. Em Dourados (MS), Santarém (PA) e Altamira (PA), povos indígenas foram ouvidos e aldeias foram visitadas por membros da comitiva.

Durante a reunião de sábado, a Apib entregou à CIDH um dossiê sobre as violações aos direitos humanos dos povos indígenas no Brasil e uma lista de reivindicações ao Estado brasileiro.

Confira os pedidos listados no documento:

1. Que o Estado brasileiro adote medidas imediatas para proteger a segurança de líderes indígenas, inclusive por meio de programas de proteção fortalecidos e culturalmente adequados, e a conduzir investigações sobre todos os ataques e assassinatos de povos indígenas e levar os responsáveis à justiça;
2. Que o Estado brasileiro implemente política de atenção específica voltada para a situação das crianças, jovens e mulheres indígenas, especialmente em relação às alarmantes taxas de suicídios em comunidades indígenas, a crescente violência contra mulheres indígenas e a adoção ilegal de crianças indígenas;


Representantes da Apib participaram de plenária da CIDH com movimentos sociais, no RJ

3. Que o Estado brasileiro conclua a demarcação das terras indígenas no Brasil, invidando esforços em relação as situações de Mato Grosso do Sul, Bahia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

4. Que o Estado brasileiro conclua todos os processos de demarcação pendentes na FUNAI, Ministério da Justiça e Presidência;

5. Que o Estado brasileiro implemente o direito de consulta e consentimento prévio, livre e informado dos povos indígenas com relação a projetos, políticas e medidas legislativas e administrativas que tenham um impacto sobre seus direitos.

6. Que o Estado brasileiro adote medidas para reparar impactos e consequências de atividades de mineração, da

expansão do agronegócio e outros projetos de desenvolvimento de grande escala sobre a saúde, terras, culturas e modos de vida dos povos indígenas, inclusive suas formas de organização social e econômica;

7. Que os poderes do Estado brasileiro – judiciário, Legislativo e Executivo – considerem com urgência, e em colaboração com os povos indígenas, a eliminação das barreiras que impedem os povos indígenas de realizarem seu direito à justiça e garantam que recursos adequados sejam disponibilizados para esse fim;

8. Que o Estado brasileiro implemente orçamento para a FUNAI, fortalecendo sua capacidade de oferecer serviços e seu papel na proteção dos direitos territoriais e de auto-determinação dos povos indígenas;

9. Que o Estado brasileiro assegure o fortalecimento Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), do Ministério da Saúde e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade, Inclusão e Diversidade (SECAD), do Ministério da Educação;

10. Que o Estado brasileiro assegure e amplie a participação dos povos, comunidades e organizações indígenas, bem como de outras organizações da sociedade civil, tal como o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), criado por meio do Decreto no 8.593, de 17/12/15;

11. Que o Estado Brasileiro se abstenha de efetuar cortes e o contingenciamento de recursos destinados às ações de proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas em isolamento voluntário e de recente contato, de responsabilidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública e executadas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), por meio da Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC) e Frentes de Proteção Etnoambiental (FPE). ♦

Um recado da Amazônia para o mundo: “mulheres indígenas preservam a Mãe Natureza”

Por **Mayra Wapichana**, Ascom/Conselho Indígena de Roraima (CIR)

Do encantado Lago Caracaranã, patrimônio cultural e tradicional dos povos indígenas de Roraima, localizado na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, mulheres indígenas da Amazônia brasileira expressaram forte mensagem em defesa da preservação da Mãe Natureza. O ato ocorreu durante o Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, realizado no período de 22 a 24 de outubro, no Centro Regional Lago Caracaranã, região da Raposa, Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

O encontro foi marcado pela forte presença da diversidade cultural e étnica de mulheres indígenas de sete estados: Amazonas, Acre, Amapá, Roraima, Maranhão e Tocantins, originárias dos povos Baré, Waiãpi, Krikati, Mayuruna, Krahô, Macuxi, Wapichana, Sapará, Yanomami e outros povos indígenas. Houve a presença de aproximadamente 100 participantes, entre mulheres, jovens, lideranças e até crianças, que circulavam no auditório junto de suas mães.

A partir do tema do Encontro *As Transformações do Tempo e a Medicina Tradicional*, as mulheres indígenas debateram temáticas importantes como: percepção das mulheres indígenas e as transformações do tempo; participação nas políticas públicas e sustentabilidade; e medicina tradicional. Além disso, ocorreu também feira de artesanato, visita a Casa Cultural Indígena na comunidade indígena da Raposa e exibição do Filme *Quentura*, que trata sobre os impactos das mudanças climáticas e a percepção de mulheres indígenas da Amazônia brasileira.

Entre as mulheres indígenas participantes do Encontro, Elizangela Baré, uma das coordenadoras do departamento de Mulheres Indígenas da Federal das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). O departamento atua com 33 associações de mulheres indígenas.

Sobre o trabalho realizado na região Rio Negro, Elizangela contou que em relação às mudanças climáticas, o trabalho tem sido abordado a partir das perspectiva e visão das mulheres tradicionais, que ainda estão na convivência dos mais novos. “Na nossa região, estamos trabalhando com a perspectiva e a visão das mulheres tradicionais que temos na nossa região, para que possamos recolher os conhecimentos que elas ainda têm e preservar para as futuras gerações”, disse Elizangela que, apesar do tema ser novo, mas é preocupante porque dependem da natureza para fazer o roçado, casas, colher os frutos, pescar e manter outras relações culturais e tradicionais dos povos indígenas e a natureza.

Na língua tradicional Nhengatú, Elizangela pediu à sociedade brasileira valorização e respeito aos povos indígenas e citou como principal sobrevivência, a terra. “Os não indígenas devem nos valorizar, porque nós mulheres e juventude indígena, a gente valoriza a nossa terra. Sem a terra não podemos sobreviver”, destacou Baré em entrevista à assessoria de comunicação do CIR.

A coordenadora dos Professores e Professoras Indígenas e assessora política da Associação dos Agentes Florestais do Acre, Francisca Arara, mulher de expressão forte, inicialmente, contou que falar sobre gênero é



Francisca Arara integra a Organização dos Professores e Professoras do Acre, além de ser assessora política dos Agentes Floresta

“O que aprendi aqui foi resistência, mesmo diante do caos que estamos vivendo na política. Temos a interação com o não indígena, mas a gente não deixa os nossos conhecimentos tradicionais”



Elizangela Baré integra o departamento de Mulheres Indígenas da FOIRN, que atua com 33 associações de mulheres na região Rio Negro (AM)



Gabriela Nascimento Peixoto, filha de Lindalva Macuxi, primeira mulher que iniciou o movimento de mulheres indígenas de Roraima

“Na nossa região, estamos trabalhando com a perspectiva e a visão das mulheres tradicionais que temos na nossa região, para que possamos recolher os conhecimentos que elas ainda têm e preservar para as futuras gerações”

um debate interessante porque, antes, “achavam que não eram vistas e nem valorizadas, mas depois viram o grande papel que a mulher já tem nas suas comunidades indígenas, independente de serem de organização ou não, ela já tem o seu papel bem definido seja na participação das políticas públicas, nas assembleias, elaboração dos planos de gestão, no aconselhamento dos filhos, no cuidado com as plantas medicinais, das sementes tradicionais”, ou seja, “são as mulheres que preservam todo um conjunto de sabedorias indígena”.

Francisca participou da mesa sobre “participação nas políticas públicas e sustentabilidade”. Avaliou que, atualmente, são 640 professores indígenas, porém, quando iniciou a política de educação no Acre, eram apenas duas mulheres ocupando postos; hoje, são metade. Foi uma conquista das mulheres, segundo Francisca, mas realizada conscientizando os homens da importância deles estimularem a presença feminina e o consequente aumento de ocupação nos postos de trabalho.

Como aprendizado do Encontro, Francisca destacou a resistência, mesmo diante do caos político no Brasil. “O que aprendi aqui foi resistência, mesmo diante do caos que estamos vivendo na política. Temos a interação com o não indígena, mas a gente não deixa os nossos conhecimentos tradicionais, o fortalecimento da juventude e isso levarei para o meu povo”, destacou a Arara, dizendo que, mais do que nunca, o momento é de fortalecer o povo indígena que, diante de tanta beleza natural existente nos territórios, como é o caso de Roraima, a atenção é ainda maior.

Fotos: Mayra Wapichana/CIR



Dinâmica de desenho sobre o cotidiano das mulheres indígenas em suas comunidades e regiões; da natureza e do Bem Viver. Os desenhos foram feitos em um pano de 15 metros

Novas gerações

Em Roraima, o cenário de atuação das mulheres indígenas é marcado pela presença da nova geração. Gabriela Nascimento Peixoto, coordenadora regional do Surumu, uma das regiões da Raposa Serra do Sol, destacou o encontro como importante para dar continuidade à luta deixada por sua mãe, Lindalva Nascimento Peixoto, conhecida como Lindalva Macuxi, já falecida, primeira mulher a iniciar o movimento de mulheres indígenas de Roraima.

“Estou como coordenadora, e isso devo à minha mãe, Lindalva Macuxi, que pediu também que não abandonasse o movimento, mas que caminhasse com as lideranças, tuxauas, porque somos nós que damos forças ao trabalho e ao movimento indígena na pauta sobre saúde, educação e a terra. A terra que foi conquistada com muito sofrimento tanto pelas mulheres quanto pelos homens”, recordou Gabriela, ao citar os pedidos da líder Lindalva Macuxi, nome que é dado ao auditório do Conselho Indígena de Roraima (CIR).

Peixoto lembrou que antigamente existiam muitos lagos, igarapés e, hoje, não são mais vistos, ou melhor, são pouco vistos, porque tinha o tempo certo da chuva e isso tudo mudou. “Antigamente, tinham os lagos, igarapés, o tempo certo das chuvas (...) tudo isso mudou, afetando até a nossa alimentação em relação ao cultivo da roça. Plantamos, mas vem a chuva e leva a nossa plantação, além das pragas que surgem”, relatou Gabriela sobre um pouco das mudanças que vêm surgindo nos últimos tempos.

Gabriela iniciou uma discussão sobre o trabalho de reflorestamento de algumas áreas que foram danificadas, na época dos fazendeiros, na região Surumu. “Fico pensando nesse trabalho de reflorestamento, porque se não partir da gente mesmo, quem fará por nós?”, refletiu Gabriela que, além de coordenadora regional, é também gestora territorial formada pelo Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

A pauta da medicina tradicional foi uma das mais profundas do encontro: trouxe para o auditório sabedorias



Matriarca da medicina tradicional em Roraima, Lucila Wapichana

“respeitar a natureza é respeitar o próprio corpo”

milenares, passada de geração para geração, principalmente por ser um campo de domínio das anciãs que tentam repassar aos filhos, netos e a comunidade os valores do uso da medicina tradicional; prática que faz bem para a saúde e para o espírito.

Entre as mulheres, a matriarca da medicina tradicional em Roraima, Lucila Mota de Souza, do povo Wapichana, da comunidade indígena Malacacheta, parteira, fundadora da primeira Casa da Medicina Tradicional que existe há dois anos. Às mulheres, Mota apresentou a sua pomada milagrosa, o xarope expectorante para a gripe, a pedra preta, e mais que isso, apresentou toda a sua sabedoria e delicadeza com que trata a medicina tradicional e toda natureza, conhecimento que adquiriu quando pequena, com seu pai Thiago de Souza, um rezador, cujas rezas foram fortalecidas ao lado dos avós e vivenciada no dia a dia da comunidade indígena.

Lucila recordou os ensinamentos de seu pai: “respeitar a natureza é respeitar o próprio corpo”. Aos 73 anos, face

jovial e de uma disposição exemplar, Mota destaca que a sua alimentação é produzida na própria terra.

“Respeitar para vivermos bem, respeitar o nosso corpo, porque muitas coisas estão fugindo da nossa cultura, da nossa Mãe Terra. Se a gente corta uma árvore é igual a nós, mães, quando tiram o nosso filho, porque é a árvore que segura a água”, disse Lucila, na mesa sobre medicina tradicional.

A partir de uma dinâmica interativa, mulheres, jovens e crianças desenharam suas diversas formas de vida: tradicional, cultural, ambiental e outros aspectos de relação entre os povos indígenas e a natureza, em um pano de aproximadamente 15 metros, com a frase que marcou o evento: mulheres indígenas preservam a Mãe Natureza.

Mulheres visitaram a Casa Cultura Indígena na comunidade da Raposa I

As mulheres indígenas também visitaram a Casa Cultural Indígena na comunidade da Raposa I, onde é produzida a tradicional panela de barro. Recepcionadas pela artesã, Joana Raposo, a conhecida “dona Joana da panela de barro”, as mulheres sentiram a emoção de estar diante de um vasto conhecimento tradicional repassado de geração para geração.

Joana desejou boas vindas e de forma bem resumida, sem os detalhes dos saberes tradicionais, contou um pouco sobre os preparativos da produção de panela de barro, o que para ela, apesar de existirem outros objetos feitos de barro, o que é tradicional mesmo é a panela de barro. A visita ocorreu no auge dos preparativos do Festival da Panela de Barro, que será realizado no período de 9 a 10 de novembro.

O primeiro de todo o processo da produção da panela de barro é a reza, segundo Joana. A reza da pimenta, água, barro, urucum e outros instrumentos necessários para a produção. Mulher que tem bebê recém-nascido não pode fazer panela de barro, assim como mulher grávida, de luto e nem menstruada, afirmou Joana. O segredo é “não quebrar a regra”. Houve trocas de conhecimentos, realidades e saberes entre as mulheres indígenas.

Coordenadora Geral de Promoção da Cidadania da Funai participa do Encontro

A coordenadora de Promoção e Cidadania da Fundação Nacional do Índio (Funai), Leia do Vale Rodrigues, participou da mesa *Participação nas Políticas Públicas e Sustentabilidade*.

Leia Rodrigues, há 15 anos no órgão indigenista, também vem do perfil de mulheres indígenas que encararam a vida pública sem deixar de lado os valores e as origens da vida coletiva. Requisitos que inspiram várias mulheres indígenas que cada vez mais avançam nas discussões sobre gênero, política pública, direito, direito indígena e até mudanças climáticas, como destacado no evento - um tema novo, mas que faz parte do cotidiano de vida das mulheres indígenas.

Baseando-se no desenho produzido pelas mulheres indígenas, Leia destacou que foi uma forma simples das mulheres expressarem o cotidiano, mostrarem caminhos ao órgão público sobre a proteção do território, os impactos e as necessidades dos povos, especialmente, das mulheres indígenas. Explicou sobre políticas públicas, orientações que direcionam a ação do Estado, além de ser uma forma de dialogar com os povos indígenas.

Fez uma retrospectiva desde a década de 1970 sobre o processo de participação das mulheres na política e, mais ainda, da participação da mulher indígena nas políticas públicas. Reafirmou que o papel do Estado brasileiro é respeitar a especificidades dos povos indígenas, sua organização social, línguas, costumes e tradições. Outro ponto importante tratou da implementação das políticas públicas, que possam melhorar as condições de vida dos povos indígenas.

As políticas públicas às mulheres contemplam as diferenças, as posições e as funções especificadas das mulheres indígenas, esclareceu Leia. "A Funai entende que as mulheres devem ser valorizadas, porque vocês são possuidoras de conhecimentos sobre o uso, manejo da biodiversidade e um importante papel na reprodução de suas culturas", refletiu Rodrigues.

Apesar do cenário difícil vivenciado pela Funai, o órgão indigenista estatal ainda mantém uma relação direta com as políticas públicas específicas, buscando de alguma forma exercer o seu principal papel de proteção e promoção dos direitos indígenas e dos direitos das mulheres indígenas. O direito de ser ouvida, compreendida e o direito de ser respeitada.

Pautas e temáticas

A secretária do Movimento de Mulheres Indígenas de Roraima, Maria Betânia Mota de Jesus, professora do povo Macuxi da aldeia Aningal, região de Amajarihã, e que ocupa o cargo há um ano e oito meses, explicou o motivo de abordar o tema sobre mudanças climáticas na pauta do Encontro de Mulheres.

"Hoje devemos cada vez mais nos preocupar com o que está acontecendo e com o que ainda está por vir. Principalmente a partir da realidade em nossas comunidades indígenas em relação às mudanças do clima, às transformações do tempo", disse. Maria Betânia abordou a questão das chuvas ocorridas fora de época, do calor que afeta brutalmente a natureza e a Mãe Terra, como é citado e nomeado pelas mulheres o território indígena.

"Será que é nossa culpa toda essa transformação do tempo? Creio que não, porque nós cuidamos da nossa Mãe Terra, temos preocupação com a nossa natureza, com o nosso Bem Viver, porque dependemos da natureza para

A pauta da medicina tradicional foi uma das mais profundas do encontro: trouxe para o auditório sabedorias milenares, passada de geração para geração



Dona Joana "da panela de barro" recepciona mulheres indígenas no Centro Cultural Indígena, na comunidade da Raposa I, e fala sobre as regras tradicionais de produção do utensílio

sobreviver e isso não é só para nós e, sim, para a futura geração", refletiu Maria Betânia.

Sobre a medicina tradicional, a secretária falou que é papel dos próprios indígenas zelar por este patrimônio. "Nós temos que fortalecer a valorização da medicina tradicional, porque se não formos nós, quem dará valor a essa prática?", refletiu Maria. Uma reflexão deixada às mulheres, jovens, homens e toda geração que faz parte dessa coletividade.

Na condição de aprendiz, parceira das mulheres indígenas, como dito por ela, Patrícia Zuppi, assessora executiva da Rede de Cooperação Amazônica (RCA), refletiu que, não somente ela, não indígena, mas como o mundo precisa aprender com os povos indígenas, porque as terras indígenas no mundo inteiro são as áreas, onde a natureza é mais cuidada, preservada. "O mundo está começando a perceber que, as terras indígenas, são as áreas mais preservadas, a natureza bem mais cuidada. Também o mundo está começando a perceber que essas terras não são vazias de gente, porque as pessoas que estão nela sempre estiveram ali, desde os antepassados. Essa terra, como já foi dito, é parte do corpo e da vida", refletiu Patrícia, também lembrando que se as terras ainda permanecem preservadas é devido ao próprio cuidado dos povos indígenas.

Zuppi compartilhou que a iniciativa de realizar o encontro em Roraima partiu do evento realizado no Acre, ano passado, e, desde então, os caminhos de parcerias foram construídos para realizar o importante intercâmbio e trocas de conhecimentos, saberes, tradições e lutas das mulheres indígenas da Amazônia brasileira.

Nesse processo, também houve o envolvimento e participação da gestora ambiental Sineia Bezerra do Vale, coordenadora do departamento de Gestão Ambiental e Territorial do CIR, coordenadora da Câmara Técnica de Mudanças Climáticas no âmbito da PNGATI, membro do Comitê Indígena

Joana desejou boas vindas e de forma bem resumida, sem os detalhes dos saberes tradicionais, contou um pouco sobre os preparativos da produção de panela de barro, o que para ela, apesar de existirem outros objetos feitos de barro, o que é tradicional mesmo é a panela de barro

de Mudanças Climáticas (CIMC), além de uma trajetória de mais de 26 anos de compromisso e atuação em prol do movimento indígena de Roraima.

Sineia informou que a discussão sobre mudanças climáticas está acontecendo nas comunidades indígenas, com a participação de mulheres, jovens, lideranças e que, apesar não haver recursos suficientes para as ações, a organização tem buscado meios para fazer com as informações cheguem aos povos indígenas.

A gestora ambiental é uma das protagonistas do Filme Quentura, exibido durante o evento e no último

dia do Encontro, no Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima (UFRR). O filme, com duração de 36 minutos, exhibe o contexto tradicional e cultural de mulheres indígenas amazônicas que mantêm conexão direta com o território tradicional através do usufruto coletivo: roças, medicina tradicional, artesanato, caça, pesca e o aspecto espiritual, formas de um Bem Viver que ao poucos vem sendo afetado com as reações climáticas adversas sentidas com mais força a cada ano.

A produção tem a direção e edição de Mari Corrêa do Instituto Catitu – Aldeia em Cena, produção do Instituto Catitu – Aldeia em Cena, e Rede de Cooperação Amazônica (RCA), além do apoio institucional da entidade Regnskogfondet – Rainforest Foundation Norway.

No último do Encontro, as mulheres indígenas tiveram a presença da primeira indígena chegar ao posto de deputada federal, Joenia Wapichana. Joenia, eleita com 8.491 votos pelo partido Rede Sustentabilidade, também é a primeira advogada indígena no Brasil e, recentemente, ganhou o Prêmio de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU).

A realização do Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira é o resultado da parceria entre o CIR e a Rede de Cooperação Amazônica (RCA). O evento recebeu apoio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e Fundação Ford. ♦

Thuë thëpë patamuwi thëã oni – Mulheres Yanomami realizam seu 11º Encontro em Watoriki/Demini

Mulheres Yanomami discutiram temas como educação tradicional e escolar, saúde indígena e práticas tradicionais de cura e debateram sobre a defesa do território

Por **Mary Agnes Mwangi**, da equipe Missão Catrimani, e **Adriana Huber Azevedo**, da coordenação do Cimi regional Norte I

Na maloca Watoriki, no mês de setembro, ocorreu o 11º Encontro de Mulheres Yanomami. Participaram aproximadamente 40 mulheres provenientes das comunidades das regiões Demini e Toototopi, 17 mulheres das comunidades da região Missão Catrimani e também numerosos homens, entre eles professores, pajés *xapiri*, agentes de saúde, lideranças, pesquisadores e jovens que estão se formando como comunicadores. O encontro teve apoio e assessoria da Hutukara Associação Yanomami (HAY), que se fez presente através da sua diretoria (Davi Kopenawa e Maurício Yekwana), do Conselho Indígena de Roraima (CIR), do Instituto Socioambiental (ISA), da equipe da Missão Catrimani e da coordenação regional do Conselho Indigenista Missionário – Cimi regional Norte 1.

Os encontros de mulheres Yanomami vêm sendo realizados anualmente desde 2008. Naquele ano, cinco lideranças femininas da região Catrimani decidiram se organizar internamente com o intuito de promover seu próprio primeiro encontro na maloca de Mauuxiu, a partir da experiência feita no leste de Roraima. No período de 2002 a 2006, elas haviam participado dos encontros das mulheres Makuxi, Wapixana e Taurepang organizados através da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR). A partir do ano de 2014, a HAY e o ISA passaram a apoiar a realização dos encontros das mulheres da região Missão Catrimani, até então assumidos pela equipe missionária da Diocese de Roraima/Cimi Norte I, e esta colaboração possibilitou a participação das mulheres de outras regiões, tais como as do Demini e Toototopi.

O 11º encontro das mulheres Yanomami teve uma etapa prévia realizada em Watoriki nos dias 6 a 11 de abril, com a participação apenas das mulheres da maloca escolhida como maloca anfitriã. Este encontro preparatório tratou de temas como o conceito da igualdade de gênero e os direitos universais das mulheres garantidas pela legislação brasileira; constituiu um espaço de reflexão sobre os papéis desempenhados tradicionalmente pelas mulheres Yanomami dentro da sua sociedade e resultou na organização de pesquisas inter-regionais levadas a cabo por mulheres jovens da comunidade, tendo por objeto personagens míticas femininas com papel proeminente na conformação do universo Yanomami. O resultado das pesquisas foi socializado na segunda etapa do encontro, que envolveu as mulheres de outras regiões da Terra Indígena Yanomami, e de outros povos indígenas do estado de Roraima.

Durante a segunda etapa do encontro foram discutidos diversos temas, entre os quais:



Fotos: Adriana Huber Azevedo/Cimi Norte 1

Ritual de boas vindas realizado pelas mulheres Yanomami

Mulheres e educação tradicional

A educação tradicional Yanomami foi abordada a partir do resgate do mito de Mamurina, mulher-dona do cipó títica (*masi kiki*) que ensinou as Yanomami a tecer e usar cestos de carga (*wii*) e cestos de pesca/ para servir alimentos (*xotehe*). Padrões de beleza e força feminina foram debatidos fazendo a memória das mulheres míticas Yoinari e Thuëyoma. E com o objetivo de ampliar a reflexão sobre protagonismo feminino em processos de luta e transformação social, foi apresentada a história de vida da *patayoma* (“grande mulher”; “mulher-liderança”) Cláudia Andujar, mulher *napë* (estrangeira) que conviveu com os Yanomami durante décadas, e doou sua vida à luta pela demarcação da Terra Indígena Yanomami.

Mulheres e a luta por uma educação escolar de qualidade

As mulheres reunidas em Watoriki passaram horas avaliando a implementação de processos de educação escolar em suas comunidades, recordando a história de sua implantação nas aldeias (fase inicial/inoficial protagonizada por organizações não governamentais como a CCPY e a Diocese de Roraima, que produziu uma primeira geração de jovens e adultos alfabetizados em sua língua materna; fase posterior de atualização/burocratização das escolas), e lamentando as condições precárias atuais do ensino que envolvem desde a ausência de professores indígenas qualificados/comprometidos até a falta de material escolar básico, como cadernos, lápis, quadros, etc. As indígenas afirmaram estar esperançosas com a possibilidade de melhorias, dada a partir da formação, em setembro de 2018, de um grupo dos jovens Yanomami no magistério Yarapiari (aptos, a partir da obtenção dos seus diplomas, não apenas para dar aula para as crianças, mas também para ser contratados como professores do EJA).

Mulheres, subsistema de saúde indígena e práticas tradicionais de cura

Foram tema de discussão do encontro os diversos problemas e desafios postos pela precarização da estrutura de atendimento à saúde do povo (gerida pela Sesai), que vão desde a morte desnecessária de pessoas vitimadas por endemias e acidentes ofídicos, a exposição dos pacientes removidos para a Casai em Boa Vista a drogas diversas e doenças sexualmente transmissíveis, até a necessidade de resgate dos conhecimentos tradicionais Yanomami sobre plantas medicinais, as *hwërimamotima thë pë*. Esses saberes, cada vez mais desvalorizados com a introdução de remédios alopáticos, foram objeto de uma recente publicação bilingue de autoria coletiva.

Mulheres e a defesa do território

Quanto ao tema da terra-floresta *urihi*, as mulheres frisaram a importância de educar seus filhos para serem pessoas cuidadosas com as árvores frutíferas na floresta, observando que atualmente muitos jovens, em vez de subir nas árvores para apanhar as frutas, preferem simplesmente derrubá-las. Destacaram que o garimpo atualmente constitui a principal preocupação do povo Yanomami, porque além de configurar uma invasão da terra demarcada e homologada alicia alguns jovens. Debateram a importância de conscientizar seus filhos no sentido de fazê-los olhar para além dos benefícios imediatos que conseguem ao prestar serviços para os garimpeiros (tais como gasolina, comida, motores velhos etc).

“O garimpo não é vida, mas sim sinal da morte”, afirmou de forma categórica o presidente da HAY, apoiado por todas as participantes.

Mulheres e economia monetária

As mulheres reunidas em Watoriki também debateram a comercialização, acompanhada pelo ISA, das produções artesanais Yanomami – principalmente cestos, redes e tipoias, assim como a venda de alguns outros produtos como a castanha (*hawari koko*) e cogumelos (*ara amuku*). Uma das suas preocupações relacionadas com este tema é de como conseguir fazer as pessoas usarem a renda obtida em benefício da comunidade.

O encontro foi encerrado com a escolha de cinco mulheres que participarão num próximo encontro de intercâmbio com as mulheres indígenas da área leste de Roraima (promovido pelo CIR em parceria com a RCA), e na última oficina de elaboração do PGTA (Plano de Gestão Territorial e Ambiental) da Terra Yanomami, a ser realizada em novembro, no Lago Caracaranã, e cujo tema será o protocolo de consulta. Em 2019 as mulheres se reunirão novamente na Maloca Xuarinapi, na região Missão Catrimani. ♦



Participantes do encontro em frente à maloca Watoriki, sede do encontro

“Os outros” que se tocam na experiência de missão

Guilherme Felipe observa as transformações que ocorrem a partir do momento da colonização, que coloca duas culturas distintas frente a frente

Por **João Vitor Santos** | Tradução: Henrique Denis Lucas - Revista Instituto Humanitas Unisinos (IHU)

As ações da Companhia de Jesus nas missões estão entre as muitas experiências de aproximação de europeus, costumeiramente vistos no papel de colonizadores, com indígenas, quase sempre vistos como os colonizados. Entretanto, o historiador Guilherme Galhegos Felipe chama atenção para a virada dessas lógicas. “A primeira coisa que me vem à mente é que o outro são sempre dois. Há o índio imaginado, construído e registrado pelos padres que estão em missão, assim como há o missionário que é observado, interpretado e incorporado pelos indígenas”, observa. Por essa lógica, é possível acreditar que há, sim, imposição de um sobre o outro, mas também há transformações a partir desses contatos. “Não é raro, desde os registros do padre Antônio Ruiz de Montoya, de 1639, encontrar relatos de indígenas praticando ‘desbatismos’ ou batismos ao seu modo, sem a supervisão dos padres. A historiografia não pode mais ignorar que, assim como havia os índios do Montoya, que foram observados e descritos por ele, havia o Montoya dos índios”, acrescenta.

Na entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, Felipe detalha os desafios de conceber uma outra historiografia que não tome o índio só como vítima, mas como protagonista de um momento de transformações. “Deve sempre estar em alerta para não se ver encerrada em uma narrativa que acabe contribuindo para um discurso mea culpa, como ocorreu em meados do século passado, com toda uma enxurrada de estudos mais preocupados em vitimizar os indígenas e cobrar de um passado europeu imperialista a ‘derrocada cultural’ dos índios”, aponta. Isso porque, seja pela imagem de vítima que se tem por causa dos extermínios de índios, seja pela visão de que eles aceitaram a conquista europeia, se retira dessas populações a possibilidade de participarem da História. “As pessoas em geral notam muito mais as mudanças que ocorrem nos outros do que em si – e se estendermos esta visão para a história, que se depara com populações indígenas aderindo ao uso de armas de fogo, à escrita ou, mais recentemente, às tecnologias como a antena parabólica ou o celular, as transformações parecem muito maiores do que são”, pontua, ao indicar que não se olha como se dá a mudança do outro lado. Para o pesquisador, “pensar em um protagonismo indígena hoje em dia é ter que superar estas visões”. Afinal, isso vai impactar na própria relação que estabelecemos hoje com todas as populações indígenas, com o seu passado e com o nosso também.

Guilherme Galhegos Felipe possui graduação em licenciatura e mestrado em História, ambos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, e doutorado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Seu foco de pesquisa é História e Etno-história indígena. Atualmente, cumpre estágio de Pós-Doutorado (PNPD/Capes) na PUCRS. Entre suas publicações mais recentes, destacamos o livro, do qual é um dos organizadores, Debates sobre a questão indígena (Porto Alegre: Edipucrs, 2018).



Professor aponta os desafios de conceber uma outra historiografia que não tome o índio só como vítima, mas como protagonista de transformações.

CONFIRA A ENTREVISTA

IHU On-Line – Quais os maiores desafios para a constituição da história indígena hoje?

Guilherme Galhegos Felipe – Se estivermos falando da produção intelectual que pensa as relações dos (e com os) indígenas no passado, acredito que os desafios giram em torno de fazer, ensinar e divulgar uma história que não os exclua ou que reproduza preconceitos e ignorância. Pode parecer contraditório pontuar que as adversidades de uma história indígena sejam anular o indígena de sua narrativa, mas infelizmente não é. Mesmo a produção acadêmica, que se alça como autoridade no que diz respeito ao pensar e refletir sob o rigorismo do método científico, deve sempre estar em alerta para não se ver encerrada em uma narrativa que acabe contribuindo para um discurso mea culpa, como ocorreu em meados do século passado (e que ainda reverbera), com toda uma enxurrada de estudos mais preocupados em vitimizar os indígenas e cobrar de um passado europeu imperialista a “derrocada cultural” dos índios.

E se formos tratar sobre a história indígena que é exportada para o currículo escolar, a situação se torna mais preocupante. Como em todas as matérias, há uma defasagem entre o que se produz nas universidades e o que se ensina aos alunos nas escolas. Mas, no que diz respeito ao conhecimento sobre populações nativas, a defasagem vem acompanhada de muita ignorância. E não é preciosismo acadêmico, como se eu achasse que os alunos deveriam ler os mesmos artigos e livros que circulam no meio científico. A questão aqui é a reprodução do senso comum dentro das escolas, na formação dos estudantes, que chegarão à vida adulta com a imagem de que o índio é um ser que vive no passado e cuja sobrevivência depende de manter-se neste passado.

Infelizmente, o que se ensina nas escolas ainda está muito atrelado a um evolucionismo do século XIX que, ironicamente, anda de mãos dadas com um relativismo cultural, em que “eles”, os “não civilizados”, são uns pobres coitados que ou devem ser protegidos e tutelados por nós, ou eliminados do plano de progresso nacional. Qualquer uma dessas visões geralmente resulta em políticas públicas inadequadas ou em hostilidades.

IHU On-Line – Quais as distinções entre História e Etno-história indígena?

Guilherme Galhegos Felipe – Parece-me que a diferença entre elas está tanto no objetivo que o estudo quer alcançar, como na metodologia pretendida. Se formos para o campo político, da ação, acredito que ambas possam ser instrumentos importantes – mas, de novo, cada uma à sua forma. Levando ao pé da letra, História indígena é a disciplina que investiga, por meio das evidências documentais

produzidas no passado, as relações estabelecidas entre os grupos indígenas e as sociedades envoltoras. Como estas evidências geralmente são produzidas pelos não indígenas, esta é uma história que necessita de aportes teóricos de suas vizinhas, como a Antropologia. De qualquer forma, o seu objetivo me parece muito claro: compreender um contexto, seja em micro ou macroanálise, que explica um conjunto de situações envolvendo grupos ou indivíduos indígenas que tenham atuado como mediadores ou protagonistas.

Já a Etno-história indígena, por ter a Etnologia em seu DNA, permite ao pesquisador uma abrangência temporal que não se restringe ao passado, possibilitando o estudo de grupos indígenas contemporâneos. Talvez mais como um método do que como uma disciplina em si, a Etno-história permite que os dados coletados em trabalho de campo sejam analisados juntamente com os dados fornecidos pela pesquisa em arquivos.

Não há uma hierarquia preestabelecida aqui, como se os dados dos etnógrafos fossem mais confiáveis ou que as informações documentais fossem mais valiosas: tudo depende da formação do pesquisador. Se eu sou um historiador de formação e carreira, é claro que terei mais experiência com o trato da documentação dos arquivos e darei mais atenção às evidências históricas. Mas isto não impede que a Etno-história seja uma rica contribuição aos estudos que se proponham a investigar largas temporalidades ou alterações, adaptações, ressignificações e reestruturações das relações culturais de um povo.

IHU On-Line – É recorrente a afirmação de que os colonizadores, seja pela ação da espada ou da cruz, destituíram e transformaram a cultura de povos originários, transformando a forma de vida indígena. Você concorda com essa afirmação? A transformação se deu realmente só de um lado?

Guilherme Galhegos Felipe – Concordo na parte da transformação. Todo contato, principalmente que se deu ou dá de forma intensa e duradoura, altera aspectos substanciais não só da vida das populações em jogo, como também provoca mudanças no que diz respeito à ontologia destas sociedades. Se a língua de uma população, sejam os espanhóis do período da conquista ou os Guarani das reduções jesuíticas, passa a ter que adaptar novos termos e ajustar conceitos devido ao contato e convívio com o outro, é porque muitas coisas anteriores a isto já se alteraram para que o conjunto das pessoas que formam determinado grupo possam continuar entendendo-se.

Sendo assim, as transformações que ocorreram não se restringiram apenas à cultura ou costumes dos índios. Mas é inegável que estas mudanças ganharam mais atenção não



"Infelizmente, o que se ensina nas escolas ainda está muito atrelado a um evolucionismo do século XIX que, ironicamente, anda de mãos dadas com um relativismo cultural"

só da historiografia, como do próprio imaginário popular. Seja devido à imagem vitimizadora que se construiu sobre os nativos terem sido exterminados, destruídos, massacrados e aculturados pelos invasores, seja pela também rasteira visão de que os índios se deixaram absorver pela conquista e colonização, o resultado é o mesmo: os índios deixaram de ser índios em algum momento da história. As pessoas em geral notam muito mais as mudanças que ocorrem nos outros do que em si – e se estendermos esta visão para a história, que se depara com populações indígenas aderindo ao uso de armas de fogo, à escrita ou, mais recentemente, às tecnologias como a antena parabólica ou o celular, as transformações parecem muito maiores do que são.

IHU On-Line – O que a experiência de missão jesuítica incita a pensar acerca do contato com o outro?

Guilherme Galhegos Felipe – A primeira coisa que me vem à mente é que o outro, nesta sua pergunta, são sempre dois. Há o índio imaginado, construído e registrado pelos padres que estão em missão, assim como há o missionário que é observado, interpretado e incorporado (como aliado ou inimigo, mas incorporado) pelos indígenas. Parece-me que esta é a lição mais básica que se deveria ter para começar a pensar historicamente a experiência missionária seja onde for.

É mesmo que apenas um dos lados tenha podido registrar massivamente esta experiência, como mais ou menos foi o caso das missões jesuíticas em toda a América colonial, a escrita nunca é a expressão da observação omissa, ela sempre se envolve de alguma forma, em algum grau. E isto, ao contrário de ser um problema, é justamente o que deixa tudo mais interessante: o pesquisador pode investigar estes momentos em que a escrita jesuítica deixa aparecer os resíduos da perturbação que o contato provocou no autor do relato.

É o que eu e o professor e pesquisador argentino Carlos Paz estamos desenvolvendo com o nome de escrita afetada, ao observarmos que muitos jesuítas, principalmente em seus relatos pós-Expulsão da Companhia de Jesus, produzidos em situação de exílio, permitiram-se registrar com menos amarras as experiências que tiveram com os nativos, inclusive, dando-lhes razão em algumas situações que, nos relatos do início do processo reducional no século XVII, eram completamente diferentes.

IHU On-Line – Qual sua leitura sobre os conflitos entre europeus e indígenas, especialmente nas regiões de fronteira, na América Colonial? O que, de fato, estava em disputa?

Guilherme Galhegos Felipe – Em se tratando de fronteiras, esse era um conflito que só fazia sentido para os europeus. Os índios, me parece, não estavam nem um pouco preocupados em assegurar delimitações entre uma região e outra, nem

dispostos a lutar por espaços que foram pensados e organizados pelos conquistadores e colonizadores. Se estiveram envolvidos nestes conflitos, não foi por um interesse político como desejavam os europeus, nem pelo objetivo da posse da terra em termos como propunha a diplomacia moderna.

Para os europeus, a disputa ocorria por motivos já bem conhecidos, como questões políticas, econômicas, diplomáticas... Geralmente, problemas de poder. De qualquer forma, dava-se muita importância ao estar lá, ter a posse da terra era fazer-se presente nela e, por isso, manter gente nas fronteiras era fundamental. E aí entravam os índios. Muitas reduções, principalmente no lado espanhol, guarneciam esses limites territoriais e a história da Colônia do Sacramento ou a Guerra Guaranítica (1753-1756) são exemplos do envolvimento que os índios tiveram com estes imbrólios das fronteiras coloniais.

IHU On-Line – Quais transformações o contato entre jesuítas e indígenas legou ao cristianismo? Especialmente, como os sacramentos e a própria concepção de pecado se modificam nessa sobreposição de culturas?

Guilherme Galhegos Felipe – No contexto do contato e do convívio entre os índios e os jesuítas nas reduções, muito da liturgia, dos usos de termos e conceitos e de práticas sacramentais que estavam consolidadas pela experiência na Europa e aprovadas pelo Concílio de Trento ocorrido em meados do século XVI tiveram que sofrer mudanças. Quando colocados em prática, os sacramentos, por exemplo, tiveram de ser administrados a toda uma população que não só desconhecia a essência deste tipo de intervenção, como apropriava-se deles para os seus próprios interesses e fins.

Não é raro, desde os registros do padre Antônio Ruiz de Montoya, de 1639, encontrar relatos de indígenas praticando "desbatismos" ou batismos ao seu modo, sem a supervisão dos padres. A historiografia não pode mais ignorar que, assim como havia os índios do Montoya, que foram observados e descritos por ele, havia o Montoya dos índios – que, infelizmente, não sobreviveu em registros, mas que talvez possa ser percebido nos próprios registros do Montoya. Parece confuso, mas é só observar como confissões, batismos, extrema-uniões, missas e os textos de catequese tiveram que se adaptar quando postos em prática entre os índios.

IHU On-Line – Que relações podemos estabelecer entre a inabilidade de reconhecer o passado de povos originários e as resistências a demarcações de terras indígenas hoje?

Guilherme Galhegos Felipe – Na nossa sociedade, dá-se muita importância para a posse efetiva da propriedade. Se você tem uma terra e pode provar com documentos que ela é sua, o Estado irá garantir o seu direito à propriedade. É um sistema que funciona muito bem, pois garante o uso

do direito e das leis para assegurar que nada de errado aconteça. Mas falha quando envolvemos os povos originários. O sentido de posse e propriedade passa a ter um caráter quase abstrato, pois depende do consentimento de todas as partes para que se regularizem terras e se permita o uso delas pelas populações que, historicamente, estavam lá antes de qualquer não indígena chegar.

Daí que, pela Constituição de 1988, as Terras Indígenas são, antes de qualquer coisa, propriedade da União, que dá aos povos indígenas a permissão para as habitar e utilizar para suas atividades. Esta foi uma forma de tentar encontrada pelo Estado para sanar um problema de dívida histórica com os povos originários tentando diminuir ao máximo possível conflitos com proprietários de terra ou a sociedade envolvente. Mas sabemos que não diminui.

Os conflitos giram em torno da lentidão nas demarcações e homologação das Terras, da não aceitação, por parte de produtores rurais, de que a expansão do desmatamento para soja ou gado tem como limitadores as reservas indígenas e esta inabilidade em reconhecer os índios como habitantes primevos deste território.

IHU On-Line – Quais os maiores desafios para o reconhecimento do protagonismo indígena hoje?

Guilherme Galhegos Felipe – Certamente são desafios relacionados à péssima educação formal oferecida nas escolas e à grande quantidade de informações falsas ou tendenciosas que circulam rapidamente, pois fazem eco a uma visão preconceituosa e discriminatória que está enraizada no senso comum. E por isso é mais fácil vender notícias sensacionalistas ou ensinar conteúdos desatualizados, pois infelizmente este tipo de informação tem fácil aceitação por uma opinião pública que desde sempre viu os povos originários como atrasados ou empecilhos ao desenvolvimento.

Por consequência, indígenas só aparecem nas manchetes dos jornais, em reportagens na TV, em tema de músicas ou em alegorias de escolas de samba representando o que há de mais atrasado e estagnado no país – ou tomados por um caráter romantizado e irreal como se o seu estar na modernidade fosse um erro anacrônico. Pensar em um protagonismo indígena hoje em dia é ter que superar estas visões, porque a representatividade indígena em iniciativas políticas, ações governamentais ou posicionamento social é completamente ineficiente ou nula – e não por um desinteresse deles, que cada vez mais estão fazendo cursos superiores para, depois de formados, voltarem às suas aldeias e poderem atuar como advogados, agentes da saúde, professores... É um problema quase que exclusivamente nosso, de um preconceito "congenito" da nossa sociedade, que nunca vai admitir representantes indígenas em altos cargos políticos, por exemplo. ♦

A escrita jesuítica desvela narrativas da história da América colonial

María Salinas analisa documentos produzidos pela Companhia como importantes fontes com outros olhares que permitem novas descobertas

Por **João Vitor Santos** | Tradução: Henrique Denis Lucas
- Revista Instituto Humanitas Unisinos (IHU)

Quem estuda o período colonial não pode abrir mão de ter entre suas fontes de consulta e pesquisa documentos produzidos pelos padres jesuítas. Mais do que relatos de ações em missões, focadas na conversão, esses registros vão relevando modos de vida tanto na América espanhola quanto na portuguesa. “Os documentos jesuítas, os escritos produzidos não só pelos missionários, mas também pelos estudiosos da Companhia, são relevantes como fontes históricas que contribuem para os estudos do período colonial americano”, enfatiza a historiadora María Laura Salinas. Para se ter ideia, muitos relatos sobre a natureza, a geografia e as populações originárias dos primeiros anos do Brasil no período colonial, e até pré-colonial, têm como autores esses religiosos. O que tem feito muitas pessoas questionarem, já que são narrativas de um sobre outros, movidas pelo desejo de expandir a cristandade. “É notório que as narrativas jesuítas manifestaram um objetivo claro. No entanto, podemos estabelecer uma diferenciação entre essas fontes de acordo com o gênero e o momento em que foram redigidas”, aponta.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à IHU On-Line, Salinas ainda detalha como novas abordagens sobre esses documentos têm superado essa perspectiva de parcialidade e, com isso, revelado muitas nuances antes desconhecidas sobre o período colonial. “O material produzido pelos jesuítas é, sem dúvida, parcial, da mesma forma que qualquer documento que venha de diferentes atores coloniais neste contexto”, pontua. E desafia: “o trabalho do historiador implica transitar pelo processo de crítica da fonte e valorizar os dados e contribuições que oferecem os ditos documentos”.

A professora também destaca que muito ainda há para se conhecer sobre esse período, e as recentes abordagens multidisciplinares têm contribuído. Por isso, defende que “é necessário continuar com a revalorização da história missionária, conscientizando os governos dos povos atuais, antigo território de várias das missões, sobre a proteção do patrimônio, a conservação dos restos e a cultura local, que se remete à experiência missionária”.

María Laura Salinas é doutora em História pela Universidad Pablo de Olavide, em Sevilha, instituição em que também é diplomada em Estudos Avançados em História Moderna. Ainda é mestra em História da América pela Universidad Internacional de Andalucía, também na Espanha, e pesquisadora independente junto ao Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas - Conicet. Atua também como professora na Facultad de Humanidades da Universidad Nacional del Nordeste, na Argentina. Entre seus livros publicados, destacamos *Dominación colonial y trabajo indígena. Un estudio de la encomienda en Corrientes colonial* (Ceaduc, 2010).



CONFIRA A ENTREVISTA

IHU On-Line – Como a historiografia vem compreendendo as missões jesuíticas? Quais são as mudanças mais significativas nos estudos históricos acerca das missões? Nesse sentido, que revisões historiográficas foram feitas sobre esse assunto no decorrer do tempo?

María Laura Salinas – A visão atual sobre a história das missões jesuíticas não é a mesma de algumas décadas atrás. A importância que o tema adquiriu, em geral, a valorização de seus vestígios monumentais, o processo analítico que a evolução de sua história sofreu e as diversas perspectivas teóricas e metodológicas pelas quais seu estudo se submete, nos abre um panorama significativo para sua abordagem e para o surgimento de novas questões. A historiografia sobre as Missões superou embates, controvérsias, momentos de rispidez e polêmica, sem que estas peculiaridades conseguissem dissipar o interesse pelas mesmas.

As missões jesuíticas foram entendidas pela historiografia a partir de diversos olhares e perspectivas relacionadas a diferentes contextos que foram acompanhando esse processo de construção historiográfica. Desde o final do século XIX, ao princípio e meados do século XX, houve períodos de indiferença, discussão e debate sobre as missões e a obra dos jesuítas, sucedidos por momentos de revalorização e resgate da experiência missionária no mundo jesuíta Guarani. As inúmeras publicações divulgadas nas últimas décadas como resultado de diversas pesquisas contribuíram para a reflexão e problematização de temas que talvez tenham sido estudados sob uma ótica e hoje são revisitados com novas perguntas.

A abordagem interdisciplinar que começou a ser realizada nas missões nos últimos tempos talvez seja uma das mudanças que contribuiu em maior medida para ampliar essa perspectiva e forneceu linhas transversais de análise que enriqueceram as abordagens. O interesse da antropologia, da arqueologia e da linguística – apenas para citar algumas das disciplinas que fizeram contribuições significativas nos últimos tempos – destacaram novos tópicos de pesquisa e geraram novas respostas que colocam a temática missionária na agenda acadêmico-científico, cultural, turística e governamental.

IHU On-Line – Que importância têm os escritos da Companhia de Jesus para a composição da história do período colonial na América?

María Laura Salinas – Na mesma linha de abordagens interdisciplinares a que nos referimos anteriormente, a partir de diferentes pontos de vista, as fontes desempenharam um papel fundamental, abrangendo não apenas os documentos históricos, mas também os conjuntos de estátuas e restos ainda menores, que constituem testemunhos-chave para repensar a missão e seu funcionamento. As novas perguntas, que são feitas às antigas fontes jesuíticas, vistas nos primeiros estudos, a partir de abordagens vinculadas apenas à evangeliza-

ção ou às atividades da Companhia, colocam em voga a relação guarani-jesuítica no caso dos últimos tempos das missões paraguaias e a ação indígena como variável para ressignificar os estudos missionários.

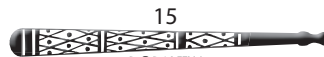
Os documentos jesuítas, os escritos produzidos não só pelos missionários, mas também pelos estudiosos da Companhia, são relevantes como fontes históricas que contribuem para os estudos do período colonial americano, em geral. Em contraste com outra documentação oficial operante em diferentes arquivos americanos, estes escritos – Relatórios, Cartas Anuais, registros demográficos, descrições, relatos da Companhia, entre outros – são escritos necessários para continuar contribuindo para a construção da história dos séculos XVII e XVIII, no espaço americano.

IHU On-Line – Em que pontos os documentos da Companhia de Jesus são diferentes dos de outras narrativas do período colonial, seja de outras ordens religiosas ou de pessoas mais vinculadas ao poder temporal?

María Laura Salinas – A documentação jesuítica cumpriu um papel preponderante, fornecendo descrições, narrativas e um olhar original sobre algumas questões que contribuem para ressignificar os estudos realizados. A escrita tem sido um dos pilares nos quais a Companhia de Jesus se apoiou. Desde os tempos de Inácio de Loyola, era premissa básica que todos os jesuítas mantivessem correspondência frequente, informando sobre as atividades realizadas e a descrição dos lugares visitados. Essa circunstância produziu no Novo Mundo, por exemplo, um material documental abundante que foi elaborado no âmbito da necessidade urgente de contar, narrar e relatar suas experiências missionárias. Por mais que o interesse estivesse centrado na questão da evangelização, a partir de uma perspectiva etnográfica, eles também descreveram as diferentes etnias com as quais estabeleceram vínculos em solo americano.

Os padres da Companhia de Jesus contribuíram para a produção de um grande conjunto de obras que incluíam tanto a crônica eclesiástica quanto a vida política e social dos distritos americanos, às quais se somaram inúmeras monografias dedicadas aos povos indígenas ou a regiões específicas, o que enriqueceu sua contribuição à historiografia. Deve-se notar que a maior quantidade de documentação vem dos próprios jesuítas. Observa-se um desequilíbrio em relação à produção de fontes escritas da sociedade colonial e, obviamente, dos próprios grupos étnicos envolvidos no processo de evangelização. No entanto, os documentos dos jesuítas também possuem diferentes características de acordo com seus propósitos, sua origem, quem os escreve e o contexto de produção.

IHU On-Line – Apesar de ter organizado e trazido muitas informações sobre o Novo Mundo, como cartas, crônicas e diários de viagem dos jesuítas, esse material é visto por muitos como parcial a partir do momento em que revelam narrativas do católico europeu diante



São Gabriel das Missões (RS) - Fotos: Ruy Sposati



de um “outro” desconhecido. Você concorda com esse tipo de leitura? Como superar esse impasse fazendo uma leitura crítica e sóbria dos documentos?

María Laura Salinas – A historiografia atual tem caracterizado de diversas maneiras o corpus documental produzido pela Companhia de Jesus, uma dessas visões mais críticas defende que essas fontes apenas refletem “um discurso triunfalista do trabalho apostólico da Igreja no Novo Mundo”, enfatizando principalmente a tarefa missionária e destacando a vontade de sacrifício do sujeito missionário. Portanto, a partir dessa perspectiva, essas fontes não possuem elementos para análise histórica e antropológica, pois eram meros instrumentos de propaganda de sua tarefa evangélica na Europa.

É notório que as narrativas jesuítas manifestaram um objetivo claro. No entanto, podemos estabelecer uma diferenciação entre essas fontes de acordo com o gênero e o momento em que foram redigidas. Além das fontes geradas como uma comunicação regular entre os povos e a Ordem na Europa ou as primeiras crônicas e testemunhos, houve obras que permitiram explicar as especificidades dos povos ameríndios, o que localizou os missionários como verdadeiros “antropólogos avant la lettre”, pois em seus escritos eles transformaram suas experiências em etnologias comparativas ou relatos pessoais de diários de campo, nos quais forneciam dados sobre sua interação com as sociedades indígenas.

O material produzido pelos jesuítas é, sem dúvida, parcial, da mesma forma que qualquer documento que venha de diferentes atores coloniais neste contexto (funcionários, oficiais, encomenderos, vizinhos). O trabalho do historiador implica transitar pelo processo de crítica da fonte e valorizar os dados e contribuições que oferecem os ditos documentos em diálogo com outros escritos da época e com a bibliografia que foi previamente analisada para temas semelhantes.

IHU On-Line – A partir dos escritos e documentos da Companhia, como podemos entender qual foi a influência da cultura e do conhecimento indígena sobre os jesuítas?

María Laura Salinas – Os documentos jesuítas descrevem o mundo indígena de maneira muito completa, a princípio de maneira detalhada, a partir dos primeiros contatos e da necessidade de conhecer o “outro”, mas o número de descrições diminui na medida em que o mundo indígena passa a ser conhecido. No entanto, há interesse em conhecer costumes, práticas e saberes indígenas que são interpretados e incorporados como parte de um conhecimento necessário, que deve ser parte de quem realiza o processo de conversão.

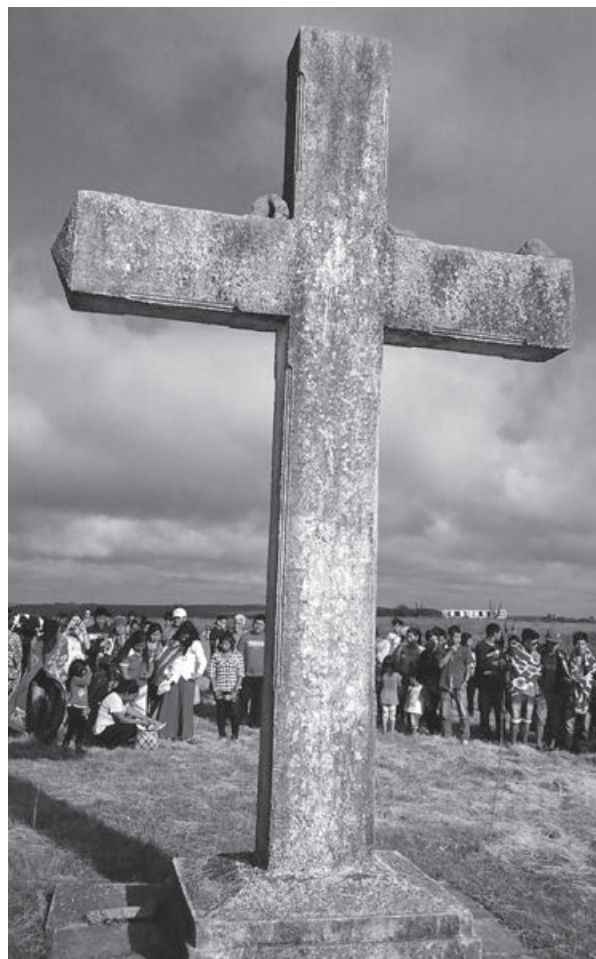
O conhecimento da língua é um aspecto-chave, pois sem a incorporação de tal conhecimento seria impossível pensar sobre os processos de evangelização, e por isso as dificuldades em algumas regiões como a do Chaco, em que a língua é conhecida por alguns poucos missionários que estão se movendo e substituindo nessas missões. A natureza, os animais, as práticas de cura, os costumes, embora seja a aspiração dos missionários erradicar, são amplamente

conhecidas por eles, de modo que podemos afirmar que há uma influência notável de ditos saberes sobre os jesuítas.

IHU On-Line – Quais são as principais semelhanças e diferenças na ação dos jesuítas na América Espanhola e na América Portuguesa? Como essas características aparecem nos escritos?

María Laura Salinas – Os jesuítas na América portuguesa chegam cedo (no final do século XVI) se comparamos com a instalação das primeiras missões do Paraguai (1609-1610). Porém, em ambos os casos são agentes importantes do conhecimento geográfico e territorial que avançam no sertão, na floresta ou na selva. Por outro lado, os colégios e outras casas formaram o núcleo inicial de vilas e cidades brasileiras, além de contribuírem também para que o caso hispânico fosse o centro educativo para os filhos das elites daquelas cidades. Não há grandes diferenças entre as missões que a Ordem possuía em diferentes locais, embora a experiência dos 30 povos oferecesse conotações particulares no caso da América espanhola.

Em tempos posteriores à expulsão, é possível encontrar diferenças, segundo o olhar de alguns autores, a partir da



medição da produção dos escritos de ambos os grupos de jesuítas. Mesmo que a formação dos jesuítas espanhóis e portugueses seja semelhante, a produção literária dos jesuítas portugueses é menor em quantidade e, conseqüentemente, em qualidade. A razão está nas diferentes condições sob as quais os políticos portugueses (Pombal) e espanhóis (conde de Campomanes, principalmente) planejaram a expulsão de seus respectivos jesuítas. Antes da expulsão de 1767, o povoado de Hervás, por exemplo, registrou o assédio do marquês de Pombal sobre os mais importantes escritores jesuítas, como a conhecida perseguição ao escritor e líder dos jesuítas portugueses expulsos, Manuel de Azevedo. Também consta nos registros de Hervás que a expulsão de 1759 interrompeu a edição do Dicionário Latino-Português do filólogo, historiador e escritor José Caeiro.

Da mesma forma, o curso de filosofia do filósofo e orador Manuel Marques, residente em Urbânia, também foi interrompido: “Escreveu: era um Curso de filosofia do qual, ao saírem os jesuítas dos domínios portugueses, havia três volumes prontos para serem impressos”. Sem dúvida este curso foi enquadrado na tendência filosófica dos jesuítas desta época, que foi, certamente, o ecletismo. Os escritos dos expulsos da América Hispânica tiveram melhor sorte, constituindo uma valiosa historiografia do exílio com contribuições de conhecimento científico que merecem ser consultados para toda pesquisa.

IHU On-Line – Como o domínio colonial foi estabelecido na América a partir do século XVI? A ação das missões jesuítas reconfigura essa dominação? Como?

María Laura Salinas – A dominação colonial é configurada a partir do século XVI de várias formas, entre elas a submissão, a violência e a conquista de territórios e povos, que parecem ser o denominador comum. A presença dos religiosos da Companhia e de outras ordens impõe práticas de dupla submissão: ao espanhol e ao frade, em alguns contextos. O religioso, com suas formas moderadas, propõe novas práticas de dominação que impõem a vida em comunidade, sedentária, agrícola e artesanal. No início do século XVII, os acordos entre o provincial Diego de Torres e o visitador Francisco de Alfaro sobre a isenção do tributo para os primeiros anos, distanciam o índio das missões da encomienda e de formas servis sujeitas aos espanhóis, e isto pressupõe, sem dúvida, um modelo diferente de dominação.

IHU On-Line – Como entender o processo de escravização indígena a partir dos documentos da Companhia? Essa ideia de “escravização” torna-se uma noção de “trabalho”, especialmente nas reduções? Como?

María Laura Salinas – A ideia da escravidão indígena é uma questão que está sendo abordada em maior escala nos últimos anos, com resultados muito bons. Da historiografia, existem setores que se recusam a pensar sobre essa escravidão pela via jurídica, que considera o indígena como vassalo da coroa. No entanto, hoje em dia é necessário aprofundar-se na práxis colonial e nas formas de dominação e servidão subjacentes a outros modelos, que são impossíveis de visualizar neste contexto. Nos documentos jesuítas, é mais difícil identificar diretamente essas práticas servis, mas, como mencionado na pergunta, uma noção de trabalho pode ser analisada sob essa perspectiva.

IHU On-Line – Quais são os desafios para entender as missões jesuítas nos complexos processos políticos, econômicos, sociais e culturais da América colonial, indo além do espectro religioso?

María Laura Salinas – As missões estão sendo abordadas com novos olhares, fontes e perguntas. Não obstante, existem diversos caminhos para continuar. A partir de uma perspectiva acadêmico-científica, segue a problematização e a resolução de hipóteses sobre as práticas, saberes, atores, simbologia da missão, entre outros temas. O cruzamento de variáveis e a transversalidade de temas supõem um exercício metodológico que deve continuar sendo realizado.

Do ponto de vista cultural, é necessário continuar com a revalorização da história missionária, conscientizando os governos dos povos atuais, antigo território de várias das missões, sobre a proteção do patrimônio, a conservação dos restos e a cultura local, que se remete à experiência missionária. O conhecimento dessa história por parte dos atuais habitantes do espaço dessas antigas missões seria fundamental para a construção de identidades regionais. ♦

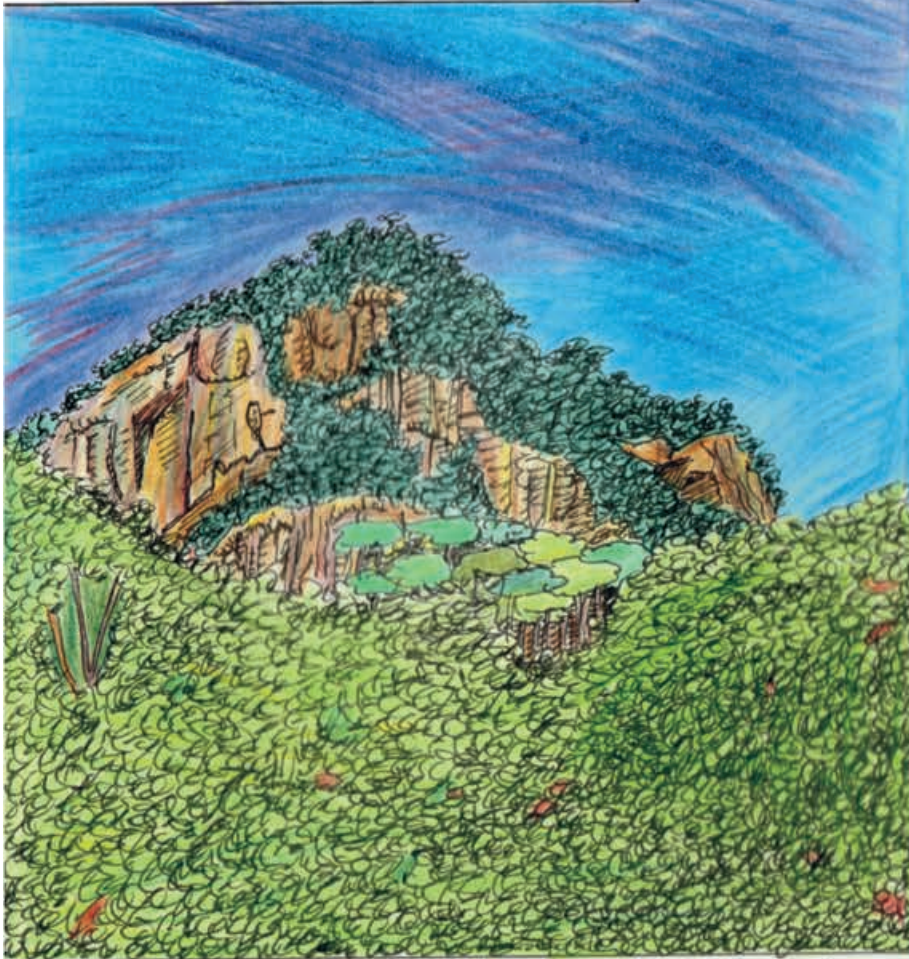
PERSPECTIVA

ROTEIRO: RENATO SANTANA

DESENHOS: OTTO MENDES

... e a condição humana Per Passa Todo o Universo!

Para alguns Povos indígenas, o corpo animal responde a uma essência humana...



Em certas situações, os animais se revelam gente...



SERRA DO PADEIRO, TERRA INDÍGENA TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

... cada espécie é um centro de consciência.

A distinção entre o natural e o cultural nada mais é do que uma tradição ocidental...



Enquanto o ser humano se vê como tal, outras espécies de sujeitos e pessoas, humanas e não-humanas, entendem o mundo de maneiras próprias.

